

A ESTATÍSTICA DO CORPO: ANTROPOLOGIA FÍSICA E ANTROPOMETRIA NA ALVORADA DO SÉCULO XX

Nuno Luís Madureira

Neste artigo procede-se à análise das diferentes tradições científicas da antropometria portuguesa, elucidando o aparecimento de uma estatística do corpo que permite, nos finais do século XIX, fixar as imagens do criminoso-tipo, do criminoso-indivíduo e do criminoso-grupo. O conceito de *esvaziamento dos saberes* é de seguida introduzido para dar conta do modo de assimilação destes conhecimentos por parte do estado e da transformação de concepções teóricas em procedimentos utilitários e burocráticos. Graças a esse esvaziamento dos saberes, a antropometria deixa de registar as diferenças dos criminosos para passar a descrever a igualdade civil dos cidadãos.

Em 11 de Junho de 1902, uma mulher dá entrada na cadeia da Relação da cidade do Porto. Tem 25 anos, é solteira e sabe que no dia seguinte não vai estar na praça a vender legumes e frutas porque foi apanhada a roubar. Permanece sentada enquanto espera que a conduzam à cela onde vai passar a noite. O guarda vem buscá-la, mas não a leva para junto de outros presos, antes a conduz no sentido oposto, abrindo a porta de um gabinete. Lá dentro estão dois homens. Pelo aspecto e pelo vestuário, é fácil perceber que não são guardas nem polícias. A mulher olha em volta horrorizada. As janelas, a todo o comprimento da parede, são atravessadas por uma luminosidade intensa que contrasta com o resto da prisão. O mobiliário da sala é constituído por aparelhos e instrumentos que nunca tinha visto: uma espécie de tenaz formada por duas varetas de ferro em forma de semicírculo; uma balança quase do tamanho de um homem; um espaldar térreo com uma haste comprida cravada na extremidade anterior, onde se vê uma sucessão de números e pela qual desliza uma peça de madeira e ferro; um sem-número de outros objectos desproporcionados e esquisitos. Um dos homens faz-lhe perguntas e preenche um formulário de papel. De seguida, o outro levanta-a e leva-a para junto de uma das paredes. Vai ditando coisas, enquanto a passa pelos aparelhos: estatura: 1,585 metros; comprimento dos braços abertos em cruz: 1,530 metros; altura sentada ou busto: 0,818 metros; comprimento da orelha direita: 0,059 metros; dedo médio esquerdo: 0,103 metros; dedo mínimo esquerdo: 0,082 metros; antebraço esquerdo: 0,411 metros; comprimento do pé esquerdo: 0,229 metros. Depois fazem-lhe ainda três medições diferentes da cabeça e anotam a cor da pele e dos olhos. No final, os homens parecem satisfeitos e a mulher está menos receosa, embora se sinta confusa e diminuída.¹

¹ Baseado na ficha n.º 814 do Posto Antropométrico da Cadeia da Relação do Porto, publicada em AA.VV. 1998: 48. Existem reproduções fotográficas da sala do Posto Antropométrico de Lisboa publicadas pelo médico antropólogo Xavier da Silva (1916).

Todos os presos que dão entrada nas cadeias de Lisboa e do Porto, no princípio do século XX, passam por esta nova experiência. Algumas partes dos seus corpos são medidas com precisão milimétrica e os seus caracteres físicos anotados com rigor científico, submetendo-se “a um exame que, por sua natureza, parece ser ou faz bem de pena infamante e certamente mais repugnante que a própria condenação” (Vieira 1904: 70).²

Antropometria é a designação atribuída à estatística do corpo. A adopção desta técnica como método de identificação criminal apresenta uma história complexa onde se cruzam várias influências. Quando as autoridades decidem fazer da antropometria um método oficial e obrigatório nas cadeias portuguesas há um manancial prévio de estudos, experiências e dados acumulados que garante a fiabilidade dos procedimentos, pois há muito que os cientistas testam e comparam resultados de mensurações do corpo. Estamos assim perante um momento singular da transposição de saberes científicos para técnicas de vigilância utilizadas pelo estado para melhorar o controlo sobre populações perigosas, um tópico analisado por Michel Foucault sob a perspectiva das condições de emergência de práticas de saber-poder. Segundo este autor, trata-se de perceber como a segurança e a vigilância se tornam componentes fundamentais da racionalidade do estado contemporâneo, instaurando um vínculo entre a construção dos objectos da ciência e a construção dos objectos de governo (Foucault 1979 e 1991: 53-72).

À medida que passamos das grandes mudanças históricas para o sentido dos acontecimentos na reflexão e na acção dos indivíduos, a relação entre conhecimento e administração torna-se porém mais problemática. Neste artigo, interrogam-se as modalidades de exercício de ambas as práticas, procurando mostrar, ao nível das ciências antropométricas, que a transposição de saberes para a lógica do estado envolve o seu esvaziamento, a neutralização de pressupostos teóricos, o corte com visões particulares do mundo e a redução da actividade científica a rotinas burocráticas.

Os criminosos: identidade, identificação e comparação

Antes de começarem a ser aplicadas a seres vivos, as mensurações sistemáticas do corpo são feitas, em Portugal, a partir de exumações de cadáveres no âmbito da arqueologia e no âmbito da paleontologia. A fundação da Comissão de Trabalhos Geológicos, no ano de 1857, aglutinando Pereira da Costa, Carlos Ribeiro, Nery Delgado e outros investigadores, com o contri-

² Na curiosa *Revista Amarela*, do Posto Antropométrico de Lisboa, Lopes Vieira discute se é legítimo sujeitar um réu ao exame antropométrico antes de ser condenado em tribunal, reconhecendo a natureza “infame” do exame.

buto de estudiosos estrangeiros, como Emile de Cartailhac, constituiu o núcleo impulsionador desta área de estudos.³

Na década de 1880, assiste-se a um surto de interesse por estes temas. A acumulação de dados antropométricos tende a concentrar-se progressivamente em medições do crânio, consolidando a craniometria como subespecialização da antropologia física. A anatomia da cabeça torna-se o objecto antropológico por excelência, pois permite distinguir nitidamente os diferentes tipos humanos, descobrir as anomalias biológicas das raças e, até, revelar grandes linhas da psicologia étnica. Remonta precisamente a esta década o aparecimento de um conjunto de estudos sistemáticos de craniometria, onde se distinguem as investigações de Silva Amado, Arruda Furtado, Aurélio da Costa Ferreira e Ferraz de Macedo. A classe médica reivindica que a antropologia física está dentro da sua jurisdição, devendo ser entendida como um prolongamento natural da anatomia descritiva e da osteologia. Nas escolas médicas de Lisboa e do Porto desenvolvem-se projectos e na Universidade de Coimbra inicia-se o ensino da antropologia geral com um programa que inclui a história natural, associando a disciplina ao estudo das propriedades físicas da espécie.

A ideia de descrever os traços morfológicos que distinguem um determinado tipo humano de outro, através de mensurações detalhadas da cabeça e dos ossos, torna-se a chave para compreender não só as origens do homem, mas o próprio homem. Na senda de autores como Saint-Hilaire e Paulo Broca, considera-se que os caracteres físicos se transmitem relativamente inalterados através do tempo e que a reconstituição dos tipos humanos, com o lastro de cruzamentos e mestiçagens, é a chave para desvendar os segredos da história natural. O estudo dos indivíduos procura abstrair as variações particulares e apreender os traços mais gerais do agrupamento humano, postulando que os “tipos naturais”, “tipos étnicos” ou “raças” configuram uma matriz biológica estável. Para detectar essa matriz há que partir da medição dos caracteres físicos individuais, agregar estatisticamente os resultados, apurar uma classificação das populações e seriar os agrupamentos humanos numa escala ordenada. Por esta via, não só se reconstituem os elos perdidos com o passado como se abrem as portas para que os sinais do passado possam ser lidos no presente. Segundo o médico português Basílio Freire, no fundo de toda a experiência individual “dormitam os resíduos organizados de experiências de gerações passadas”, “um sem número de estratificações sedimentares sucessivas, cuja vegetação irrompe por vezes à superfície” (Freire 1889a: 180).

³ A obra de referência deste período é o estudo de Carlos Ribeiro (1865, *Notícia sobre os Esqueletos Humanos Descobertos no Cabeço da Arruda*, citado em Marques 1898: 11-12). Sobre a arqueologia e antropologia física, ver Tamagnini e Serra (1940: 637-662) e Marques (1898: 10-15).

No momento em que o homem civilizado procura a genealogia da espécie, a constância dos tipos físicos naturais, ao longo da história, introduz um elemento perturbador: a possibilidade de os caracteres dos selvagens, dos seres inferiores e dos homens atávicos sobreviverem na sociedade contemporânea. A descoberta de uma tal proximidade é inquietante. As classificações começam a dar grande atenção aos tipos antropológicos degenerados, isolando, segregando e exorcizando as mais diversas categorias de marginalidade. A filogénese positiva redundava numa ontogénese alarmante.

Este ramo de saber sofre assim um forte impulso para estudar os seres vivos patológicos, os delinquentes e os aberrantes. Tanto mais que o interesse pelos tipos antropológicos anormais beneficia das potencialidades entretanto abertas na área criminal, criando novas oportunidades de trabalho, de carreira e de pesquisa para os médicos. Na transição do século XIX para o século XX, os nomes de referência e de maior projecção no estudo dos caracteres físicos do povo português vão por isso prolongar sistematicamente os suas investigações para a antropologia do subgrupo dos criminosos.⁴ Os presos apresentam a vantagem de constituírem uma “população” laboratorialmente estável, uma “matéria-prima” com baixos custos de investigação e um agrupamento que fornece dados suficientes para produzir conclusões de âmbito estatístico. Nesta fase, há, aliás, uma forte aposta no trabalho empírico de medição. O prolongamento da observação de esqueletos para a observação de seres vivos permite ampliar o número de observações, incentivando a passagem da abordagem monográfica para a análise comparada de colecções de factos. Os médicos incorporam progressivamente a apresentação dos resultados em tabelas e o uso da média aritmética como meio de síntese. A distinção entre dois ou mais agrupamentos humanos passa a ser aferida pela diferença das respectivas médias, possibilitando, por exemplo, comparar os caracteres físicos dos minhotos e dos açorianos, ou os caracteres dos reclusos e da população “normal”. A concentração das frequências em torno dos valores médios tem um sentido epistémico profundo, pois revela que há causas constantes que asseguram a estabilidade dos dados. De forma inversa, qualquer instabilidade ou diferença entre médias prova que os agregados são afectados por causas diferentes. Deste modo não só as várias medições podem ser cotejadas entre si, como a média se torna o elemento constitutivo de diferenças intergrupais, consolidando o realismo estatístico dos agregados. As unidades de observação científica cristalizam-se conseqüentemente em agrupamentos funcionais do mundo, transformando as diversas colecções de indivíduos em classes biologicamente coerentes, mutuamente comparáveis,

⁴ Como nomes de referência simultaneamente da antropologia física e da antropologia criminal, destacam-se Ferraz de Macedo, no período de 1880 a 1890, Eusébio Tamagnini, no período de 1910 a 1940, Mendes Correia, entre 1920 e 1930, Luís de Pina, entre 1930 e 1950. Sobre esta ligação, ver Curto (1995).

sociologicamente estáveis. A procura de regularidades nos tipos humanos secundariza o problema da dispersão estatística, do mesmo modo que a perspectiva linear da evolução secundariza a noção de ramificação e de variação aleatória. Os antropólogos descobrem aquilo que querem ver: a hierarquia dos homens na hierarquia dos seus caracteres físicos.

Na sequência destas mudanças, a estatística começa a produzir números de síntese que traduzem níveis superiores de abstracção através da agregação de várias médias. O estudo de cadáveres dá origem a apuramentos craniométricos de esqueletos e surgem as primeiras abordagens sistemáticas e quantificadas, patentes nas obras *Tableau de Capacité Cranienne* (1889) e *Crime et Criminel* (1892), de Ferraz de Macedo. Paralelamente a estes desenvolvimentos, o estudo de seres vivos evolui para a construção do índice cefálico da população portuguesa, isto é, para a compilação de um valor único capaz de representar a média dos índices de várias medições feitas à cabeça (diâmetro ântero-posterior, diâmetro transverso, capacidade cúbica). Com 1444 observações colhidas nas regiões de Portugal continental, Santana Marques está em condições de apresentar, no ano de 1898, o primeiro índice cefálico por distrito com a correspondente classificação craniométrica do povo lusitano – ultradolicocéfalos, doliococéfalos, subdolicocéfalos, mesaticéfalos, sub-braquicéfalos, braquicéfalos, ultrabraquicéfalos (Marques 1898: 40).

Como a estatística da capacidade craniana é capaz de revelar os patamares da inteligência humana, os estudos antropométricos abrem a porta à história das civilizações: a estrutura craniana encerra o cérebro; o cérebro, a inteligência; a inteligência, o potencial de desenvolvimento.⁵ Destaca-se assim um argumento capaz de explicar as diferenças entre raças negras e raças brancas, entre nórdicos e mediterrâneos, entre orientais e europeus, entre homens e mulheres, pela justificação de caracteres biológicos que indiciam diferentes aptidões.

Entretanto, a adopção de métodos antropométricos torna-se uma plataforma de convergência de diferentes concepções científicas. Numa tentativa de sistematização, podemos distinguir três correntes de pensamento que se cruzam com a tradição da antropologia física: o determinismo biológico; a teoria da degenerescência hereditária; a antropometria policial.

O determinismo biológico

Nos finais de oitocentos, as concepções sobre o crime e a criminalidade na Europa são profundamente influenciadas pela obra *L'Uomo Delinquente* (1876), de Cesare Lombroso, e pela escola de ciências forenses e criminais italianas.

⁵ Várias medições foram sendo tomadas como reveladoras da inteligência, desde a capacidade do crânio às medidas de certas partes do crânio (por exemplo, as regiões anteriores do córtex), numa tentativa de ajustar os caracteres seleccionados para medição às doutrinas previamente existentes. Sobre este assunto, ver Gould (1996: 105-175).

Partindo da observação sistemática de medições de crânios, Lombroso chega à conclusão de que há semelhanças entre o cérebro dos criminosos e o cérebro dos homens primitivos. Baixa capacidade encefálica, retraimento da testa, frontais desenvolvidos, orelhas largas, caninos proeminentes, maxilar protuberante e outros traços tornam-se características físicas identificadoras da predisposição para a delinquência. Estes sinais fisionómicos demonstram a origem primitiva e a derivação de fases ancestrais de desenvolvimento mental e físico: o primitivismo e o atavismo físico do delinquente é interpretado como um determinismo biológico, concluindo-se que as pessoas nascem criminosas, isto é, com uma disposição para praticar o mal. Traços psicossomáticos, como a epilepsia, a loucura patológica, a excessiva fealdade (Gárfalo), fazem também parte da bagagem biológica dos delinquentes e constituem marcas identificadoras.

Em Portugal, estas ideias ganham adeptos na década de 1880. Através de obras publicadas por médicos como Roberto Frias, Basílio Freire, José Joyce e outros, difunde-se a ideia de que o crime não é um acto consciente e de livre escolha, mas uma herança biológica patente em certas características físicas e psicológicas (Vaz 1998: 63-92). Muitos destes trabalhos apresentam uma argumentação frágil e um tom de adesão apologética à teoria do criminoso nato sem grande suporte demonstrativo, facto que é aliás denunciado pelos ensaístas da época. Veja-se o caso da obra de Basílio Freire, publicada em 1889, com o título *Os Criminosos*, onde o autor começa por reconhecer a dificuldade na definição de um tipo físico comum a todos os delinquentes ou a diferentes categorias de delinquência. Freire lamenta que, depois de um “improbo trabalho de observação e crítica”, a investigação internacional não tenha sido capaz de estabilizar um padrão fixo de caracteres válido para a identificação fisionómica e somática dos delinquentes. No entanto, estes pressupostos não impedem o autor de concluir, mais à frente, que “o crânio criminal é inferior ao [do homem] honesto, mormente na zona anterior, depositária das actividades reflexivas e ponderadoras”. Ou seja, não se sabe exactamente qual a craniometria do criminoso nato, mas deduz-se que esse elemento desconhecido deve ser inferior ao da restante população (Freire 1889b: 37-38, 43).

Não obstante os impasses do discurso científico, a antropometria torna-se uma técnica preventiva de grande utilidade para esta escola de pensamento, uma vez que está em condições de poder fornecer o retrato científico dos indivíduos perigosos. O estudo do crime cristaliza-se no estudo físico dos criminosos, epilépticos e prostitutas, e a prisão passa a ser o laboratório antropológico por excelência, uma vez que isola grupos biologicamente coerentes. O processo de selecção social, policial e judicial dos reclusos torna-se deste modo um processo natural, aglutinando subpopulações dotadas dos mesmos caracteres psicossomáticos. Os antropólogos definem o seu objecto de estudo a partir do facto adquirido da prisão.

Apesar de esta visão influenciar a criminologia portuguesa nos finais de oitocentos, ela não é unânime na comunidade científica. Aparecem críticas que se distanciam do determinismo biológico para colocar a tónica em factores sociais e culturais da criminalidade. Ferreira-Deusdato é o autor que adopta uma posição mais clara, ao escrever, no ano de 1889, que

A resolução do problema da criminalidade não pode vir da análise física do exterior do delinvente, da assimetria facial, do estrabismo, da desproporção, da dynamometria... e outras anomalias somáticas. Estes materiais terão valor como elemento subsidiário para o estudo da natureza física, da sua forma e evolução (Ferreira-Deusdato 1889: 23).

Nesse mesmo ano, no 2.º Congresso de Antropologia Criminal, reunido em Paris, Ferraz de Macedo, expoente dos estudos realizados em Portugal, contraria a ideia da existência de caracteres específicos do delinvente, demonstrando nomeadamente que os criminosos portugueses têm uma capacidade craniana superior à dos homens normais, ao contrário do que Lombroso supunha. Macedo segue a metodologia convencional da antropologia criminal italiana, agrupando as observações antropométricas em categorias cujo sentido é dado como adquirido: “homens normais”, “ladrões”, “assassinos”, “negros”. A comparação das medições nestas quatro classes de indivíduos mostra, no entanto, que não há uma distinção física entre delinquentes e pessoas normais. Refutada a teoria em vigor, abre-se um campo de interrogações e de hipóteses: “por que razão é que uns homens fazem actos reprováveis e outros não?” Perplexo, o próprio Macedo responde: “até hoje não há uma resposta clara e satisfatória a esta questão” (Macedo 1892: 200). A visão de categorias humanas pré-definidas não permite mudar o ponto de perspectiva e o autor descarta desde início a hipótese de que o crime é um “produto sociológico”, influenciado pelo meio e pelas circunstâncias sociais.

Nos inícios do século XX, o número de críticos da escola criminal italiana aumenta e o conceito de crime aproxima-se cada vez mais da identificação de causas sociais e psicológicas. A rejeição do exclusivismo da escola italiana serve invariavelmente de ponto de partida para novas abordagens que salientam o alcoolismo e os efeitos do álcool nos tecidos cerebrais, o desequilíbrio psicológico em relação ao ambiente moral, ou os factores sociais e o egoísmo da sociedade. Onde o determinismo biológico conduzia à perseguição e à segregação, as teorias psicológicas e sociais propõem uma gradação das penalizações adaptada ao comportamento dos delinquentes. Como afirma Cunha Gonçalves, “a questão não é saber se os criminosos são responsáveis, mas sim se eles são perigosos” (Gonçalves 1913: 21).⁶

⁶ Sobre o alcoolismo e os factores sociais como causas da criminalidade, ver respectivamente Gonçalves (1922-1923: 49-75), Costa (1895).

A teoria da degenerescência dos caracteres hereditários

A teoria da degenerescência dos caracteres hereditários surge, no terceiro quartel de oitocentos, como um dos muitos desenvolvimentos das ideias de Darwin sobre a evolução das espécies. A ideia de que a competição pelos recursos e a sobrevivência dos mais fortes assegura mecanismos selectivos de adaptação ao meio constitui um paradigma para várias disciplinas científicas, sendo complementada pela teoria da “pangeneses”, segundo a qual a hereditariedade pode ser explicada em termos da combinação de um número finito de “partículas hereditárias”. Este é o ponto de partida para os estudos de Francis Galton, um médico inglês (primo de Darwin, em primeiro grau, pelo lado materno) que possui também estudos de matemática na Universidade de Cambridge. Detentor de consideráveis meios de fortuna pessoal, Galton canaliza sem parcimónia o dinheiro para financiar investigações, ora pagando a quem lhe fornece dados estatísticos, ora construindo maquinas e dispositivos mecânicos para efectuar novos tipos de medições e de experiências. Dedicar-se assim a um exaustivo trabalho empírico de recolha de elementos estatísticos sobre plantas e seres humanos. O estudo da hereditariedade leva-o a comparar a distribuição estatística dos caracteres de uma geração progenitora com a distribuição da geração descendente. Depois de sucessivas experiências, chega à conclusão de que há uma tendência para a regressão na transmissão dos caracteres geracionais (esta é, aliás, a origem do conceito matemático de “regressão”). Deste modo, a degenerescência torna-se uma possibilidade efectiva de evolução e o optimismo que rodeia a história do mundo orgânico fica subitamente ensombrado.

Num período em que se sentem as mudanças introduzidas pela industrialização e pela modernização tecnológica, a descoberta de que a sociedade moderna não acarreta necessariamente um progresso em todas as esferas de actividade humana, antes podendo ter consequências degenerativas para a espécie, alcança um profundo impacte político e cultural. O receio da degenerescência leva à promoção de programas activos para assegurar a saúde física e mental das populações e evitar a reprodução de elementos biologicamente perniciosos, movimento que ficará conhecido por eugenismo. Os mecanismos de transmissão hereditária são assim assumidos como um factor que se sobrepõe às condições económico-sociais na determinação da qualidade biológica dos povos. Uma das figuras mais destacadas do eugenismo, colaborador de Galton e por ele financiado, Karl Pearson, torna-se um nome de referência da estatística matemática internacional, encontrando-se na origem de uma nova ciência, a biometria, cujo objectivo começa por ser a comparação estatística dos caracteres das populações.

Em Portugal, tanto o eugenismo como a biometria matemática têm uma aceitação relativamente restrita nas comunidades intelectuais. Segundo

Ana Leonor Dias, a doutrina eugénica subordina-se ao espírito do higienismo e incide sobretudo na questão da manutenção da higiene física e mental do povo português através de propostas para controlo dos casamentos e da reprodução (Dias 1997: 673-674). A unidade onde deve incidir a selecção é a comunidade de indivíduos, sem existir qualquer transposição para programas de apuramento biológico da nação, como acontece no movimento alemão de higiene racial da década de 1920 e no programa de depuração genética do nazismo (Proctor 1988: 138-179).

Na fase inicial de difusão destas ideias, que corresponde às duas últimas décadas do século XIX, detecta-se contudo um centramento nos mecanismos de selecção negativa (o chamado “combate à reprodução mórbida”) associado a um darwinismo social elitista e à dramatização dos efeitos da degenerescência. Esta postura traduz-se em propostas de discriminação social dos menos aptos e de exclusão obsessiva dos marginais. Enquadram-se nesta orientação as ideias do subdirector da Penitenciária de Lisboa, António Azevedo Castelo Branco, para segregar perpetuamente os criminosos (1888), e os projectos desenvolvidos em torno do Laboratório de Antropologia do Porto, instalado no Hospital Conde Ferreira, sob a direcção de António Maria de Sena, com a participação de Júlio de Matos e de Magalhães Lemos. Dedicando-se à investigação das relações entre a criminologia e a anormalidade psicomoral, os médicos portuenses advogam nos seus trabalhos medidas como o isolamento dos alienados relativamente à sociedade e a proibição da reprodução dos delinquentes (Barbedo 1960: 38-39, Dias 1997: 670-715).

No século XX, o eugenismo abandona progressivamente esta matriz seleccionista e elitista, a favor de soluções preventivas e de um maior optimismo em relação às possibilidades de degenerescência. A ideia de que os delinquentes são seres “antropologicamente aberrantes” é claramente rejeitada e autores como Mendes Correia e João Porto defendem, por exemplo, que não há qualquer confirmação científica de que um criminoso apresente caracteres físicos diferentes dos das outras pessoas (Correia 1924: 287-331, e 1931: 270-289, Porto 1941: 7-21). Mesmo na vertente mais elitista e discriminatória, o eugenismo desconfia do “exclusivismo lombrosiano”: se os criminosos formam uma unidade funcional do ponto de vista antropométrico, a particularidade dos seus traços físicos tem de ser aferida num quadro comparativo com outras populações. A antropometria é uma disciplina de controlo e de prevenção que toma como unidade de estudo a estatística das populações e a estatística geracional, sem recorrer necessariamente aos conceitos de “tipos humanos” da antropologia física, ou aos conceitos de “tipos primitivos” do determinismo biológico.

É exactamente nas correntes de pensamento mais influenciadas pelo eugenismo e pela higiene reprodutiva que vamos encontrar uma sofisticação

dos procedimentos científicos, com a denúncia dos “métodos estatísticos um tanto simplistas” (Tamagnini e Serra 1940: 642, 644) do passado e com a introdução de medidas de dispersão, como meio de controlo da significação estatística das séries. Onde a média era o único meio de análise, surge agora a estimativa de outros parâmetros, nomeadamente o desvio-padrão e o erro provável.⁷ Este desenvolvimento traduz-se numa crítica mais consistente dos dados directamente recolhidos das observações. No universo das ciências sociais e humanas portuguesas, os eugenistas são aliás precursores de uma atitude de desconfiança em relação ao agrupamento realista de indivíduos em classes, justificado pelo sentido sociológico da distribuição normal das categorias em torno de uma tendência central (média, mediana, moda). A perspectiva da variação individual torna-se relevante e põe em causa a coerência apriorística dos agregados estatísticos. Estamos perante uma mudança nas formas de percepção, na qual a representação matemática da dispersão das distribuições esbate a oposição entre o grupo biologicamente coerente de criminosos e o grupo biologicamente coerente de homens normais.

A antropometria policial

Para reconhecer um cadáver, localizar um desertor, encontrar um foragido ou identificar a vítima de um acidente, as autoridades têm de confiar na fiabilidade de um desenho e na obtenção de informações provenientes de testemunhas e informadores. Na segunda metade do século XIX, Alphonse Bertillon, um especialista da polícia de Paris, inventa novos sistemas de identificação que vão ampliar tremendamente as capacidades de vigilância, localização e dissuasão por parte das autoridades.

Numa primeira fase, Bertillon acredita que todas as pessoas podem ser identificadas pela orelha direita, desenvolvendo um “boletim sinalético” com os tipos de orelhas e a respectiva classificação segundo a disposição de arcos e turbilhões. O registo fotográfico do perfil da cabeça, evidenciando bem as formas auriculares, torna-se um procedimento corrente não só das polícias mas também dos serviços de emigração. França, Estados Unidos, Argentina, Rússia e Tunísia são as primeiras nações a adoptar esta técnica. Para complementar os dados, Bertillon selecciona posteriormente uma lista de medições do corpo (altura, comprimento do pé, comprimento do braço e do dedo), da cor dos olhos, do cabelo e da pele, que é tanto mais eficaz quanto os números podem ser transmitidos telegraficamente para qualquer ponto do

⁷ “Toda a média deve ser acompanhada do respectivo erro provável ou do chamado desvio-padrão da série. São elementos que permitem ajuizar do valor estatístico daquela, da maior ou menor variabilidade do carácter estudado” (Correia 1931: 5). Mendes Correia consagra o princípio de usar medidas de dispersão como um teste sobre a significação das médias, numa altura em que não há ainda qualquer referência às medidas de dispersão nos manuais de estatística da época.

país, ao contrário do que acontecia com as fotografias. Este esquema é de seguida aperfeiçoado, na tentativa de encontrar uma combinatória de medidas antropométricas capaz de fornecer uma chave única para a identificação dos indivíduos.⁸ Algumas polícias passam a acumular informações em arquivo, desenvolvendo novas capacidades de investigação de ficheiros onde passam a constar os delinquentes já conhecidos.

A primeira apresentação sistemática do método de Bertillon em Portugal é da autoria do professor Bettencourt Ferreira, num conjunto de artigos publicados na *Revista de Educação e Ensino*. A antropometria policial é vista como um prolongamento prático das mensurações feitas por médicos e arqueólogos, “um fruto há muito pendente da antropologia física”:

Resumindo e apurando factos e investigações dos antecessores, os antropologistas constituíram um corpo de ciência devidamente armada para aquisição de noções e para a verificação acompanhada de longas estatísticas comprovativas (...) As indagações policiais como até aqui longas, incertas e às vezes perigosas não podem sofrer confronto com os novos processos fundados nas observações e cálculos fornecidos pela antropometria (Ferreira 1893b: 482).⁹

Mas Bettencourt retira ainda uma outra ilação do facto de se proceder a uma recolha sistemática de medições: com a “gloriosa iniciativa francesa” põe-se fim à especulação teórica e inicia-se uma fase de experimentação metódica na criminologia. Este comentário é direccionado aos adeptos de Lombroso, Gárfalo e outros criminologistas italianos, cuja teoria não parece verificada pelas investigações empíricas:

À observação sagaz mas desregrada da escola de Lombroso, sucede o metodismo que mede, compara e calcula, o estudo directo e experimental, livre de pretensões escolásticas de exageros de doutrina que vitimam geralmente as escolas e prejudicam a legítima aspiração de saber a verdade (Ferreira 1893b: 482).

Não se trata de uma observação isolada: o principal responsável pelo reconhecimento institucional dos postos antropométricos, Ferreira Augusto, procurador régio junto da Relação do Porto, é também um adversário das doutrinas que comparam os criminosos a primitivos atávicos. Deste modo, a antropometria policial é entendida como uma alternativa à discriminação

⁸ Bertillon pensa que as diversas medidas do corpo são de alguma forma independentes, enquanto Galton descobre a redundância deste sistema, uma vez que as pessoas mais altas tendem a ter pés mais compridos, braços e dedos maiores. Por outras palavras, as diferentes medidas estão correlacionadas. Um autor pensa a antropometria do ponto de vista dos caracteres individualizantes; outro do ponto de vista da análise das distribuições. Sobre este tema, ver Hacking (1990: 186-188).

⁹ Ver também Ferreira (1893a: 245-251).

biológica e ao endurecimento da legislação penal. O combate à delinquência passa essencialmente pela prevenção e pela acção eficaz da polícia.

Como foi acima referido, estas três correntes de pensamento cruzam-se no caminho da antropologia física e da craniometria. O ponto em comum é o reconhecimento da necessidade de recolher informações de tipo estatístico sobre os criminosos. No entanto, o sentido destas estatísticas não é o mesmo: para o determinismo biológico elas servem para confirmar a identidade dos criminosos; para a antropometria policial são uma técnica de identificação dos indivíduos; para a teoria da degenerescência, um elemento de estudo comparado das populações. Identidade, identificação e comparação ilustram diferentes posicionamentos face à criminalidade, três modos de interpretar os números das medições antropométricas.

Dum modo geral, pode concluir-se que o segregacionismo recua na transição do século XIX para o século XX, sendo significativamente acompanhado pelo reforço da vigilância. Esta observação remete para o declínio das estigmatizações biopsicológicas do criminoso, a diferenciação entre a delinquência social e as patologias mentais, o centramento no estudo dos factores sociais e morais em detrimento do estudo dos caracteres físicos dos reclusos, o reconhecimento de que os criminosos não são uma população aberrante e uma perspectiva mais optimista quanto à evolução da espécie. Os viveiros de marginalidade social continuam a suscitar interesse, particularmente quanto ao exame anatómico, mas as pesquisas já não são motivadas pela obsessão de descobrir traços degenerativos ou de revelar o padrão biopsicológico subjacente a actos de delinquência. As medições exercem-se sobre um ser normal, o “criminoso normal”, e o estudo do corpo (e também dos órgãos do corpo) visa caracterizar certas tendências ou hábitos socialmente adquiridos.¹⁰

Se a antropometria surge, no século XIX, como um método científico que dá legitimidade a teorias e a formas de percepção da delinquência e da marginalidade, no século XX o seu âmbito torna-se mais lato e passa a ser uma técnica de investigação aplicável a qualquer comunidade de indivíduos.

A assimilação do saber científico dos médicos antropólogos por parte do estado contribui para o esvaziamento desse saber e para a redução dos conhecimentos a práticas utilitárias. As visões do mundo sedimentam-se em técnicas de policiamento e de administração; a antropometria é despojada de implicações teóricas e das conotações com qualquer escola de pensamento. As medições servem exclusivamente para efeitos de identificação e portanto passam a ser aplicáveis ao público em geral, transformando-se num procedimento universal e numa rotina burocrática.

¹⁰ “Criminoso normal” é o conceito de Mendes Correia (1924: 296). Sobre as finalidades do exame antropométrico no século XX, ver Ferreira (1922-23: 4-11).

Os cidadãos: registos antropométricos e impressões digitais

A antropologia criminal preocupa-se em decifrar o código dos delinquentes, fazendo medições dos corpos e registando sinaléticas particulares, como as tatuagens, uma linguagem secreta, escrita na pele, cujo significado a ciência se propõe finalmente revelar, ou as alcinhas e o calão dos presos, um vocabulário repleto de segundos sentidos.¹¹ No entanto, a iniciativa de ampliar e sistematizar a recolha de dados estatísticos, transformando-a numa prática institucional, fica a dever-se tanto aos cientistas como às autoridades policiais.

A Cadeia Penitenciária de Lisboa parece ter sido o primeiro lugar onde se começam a fazer observações antropológicas dos reclusos, por volta do ano de 1885. Dez anos mais tarde, a Penitenciária Central e a Cadeia do Limoeiro instalam, por iniciativa dos respectivos directores, postos rudimentares de medição antropométrica. Na cidade do Porto, as diligências pertencem ao Comissariado Geral da Polícia, que monta também uma unidade de medições, com o objectivo de ampliar os elementos anotados no registo policial. Por falta de meios, esta unidade é desactivada e os seus instrumentos são posteriormente reinstalados em anexos das cadeias da Relação, já sob a orientação especializada de um professor da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, o médico antropologista Luís Lopes. A 17 de Agosto de 1899, um decreto-lei, assinado por Luciano de Castro e José de Alpoim, cria dois lugares para médicos antropologistas junto das cadeias civis de Lisboa e do Porto, no que pode ser considerado o primeiro sinal de reconhecimento, por parte do estado, em relação às iniciativas que foram nascendo de forma descentralizada.¹² Finalmente, no ano de 1902, são oficialmente inaugurados postos antropométricos anexos às cadeias de Lisboa e Porto, colhendo-se os boletins dos presos, segundo o sistema de Bertillon. Estes postos não se limitam à execução de rotinas técnicas, mas são entendidos pelos médicos antropólogos como laboratórios experimentais, dando origem a publicações onde o debate da antropometria se mistura com divulgação científica e páginas de poesia, como é o caso da *Revista Amarela*, de Lisboa, ou da *Revista de Antropologia Criminal*, publicada pelo posto do Porto, com um perfil mais académico. Ambos os projectos editoriais têm porém uma duração efémera.

Quando a antropometria obtém finalmente a consagração e se torna uma ciência do estado, a comunidade científica começa a interrogar-se sobre a eficácia deste método de identificação. As dúvidas surgem no momento de instalação dos postos: às doze anotações previstas no decreto de 21 de

¹¹ Para Lombroso, as tatuagens são um elemento que comprova as afinidades entre os criminosos e os selvagens. O principal estudo desenvolvido em Portugal neste domínio é a obra de Álvaro Teixeira Bastos (1903).

¹² Os apontamentos sobre a história da antropometria criminal limitam-se aqui a uma síntese breve. Para um desenvolvimento, ver Portela (1903: 59-60), Pessoa (1929 e 1940: 709-722), Pina (1931c, 1938 e 1939), Barbedo (1960), Costa (1993: 174-175).

Setembro de 1901 (estatura, comprimento dos braços abertos, altura sentado, comprimento e largura da cabeça, largura bizigomática, comprimento da orelha direita, cor dos olhos, comprimento do dedo médio e mínimo esquerdos [a lei, por equívoco, refere o dedo “anular”], comprimento do braço esquerdo, comprimento do pé esquerdo) sugere-se que seja também acrescentado um novo tipo de sinal: as impressões digitais.

Nas duas décadas que se seguem, trava-se um debate muito especializado mas que apaixona e divide a comunidade de criminologistas, colocando de um lado os adeptos da “bertillonagem” e do outro os adeptos da dactiloscopia. Esta última técnica baseia-se na estampagem da marca dos dedos (utilizam-se então séries com dez impressões digitais, correspondentes a todos os dedos da mão direita e da mão esquerda, prática igualmente adoptada em outros serviços internacionais de polícia) e posterior codificação segundo um sistema descritivo dos tipos de desenhos formados pela orientação das linhas: por exemplo, a “fórmula” E(10) 2(5) 2(5) ... etc. indica que a presilha externa tem 10 linhas entre o delta e o ponto central, no polegar direito; a presilha externa tem 5 linhas no indicador direito; a presilha externa tem 5 linhas no médio direito, etc.

Recorrendo à análise de probabilidades, Francis Galton tinha demonstrado, na década de 1890, que a probabilidade de a impressão digital de um dedo de uma pessoa ser exactamente igual à impressão do mesmo dedo de outra pessoa era de um para sessenta e quatro mil milhões. Esta demonstração probabilística será posteriormente adulterada e popularizada na frase: “não há duas impressões digitais iguais”.¹³ Apesar de estes trabalhos serem conhecidos em Portugal, permanecem as dúvidas sobre a fiabilidade do sistema. O Posto Antropométrico da cidade do Porto é o primeiro a incluir os registos dactiloscópicos nos boletins, remontando a 1902 o primeiro caso conhecido.

Os antropometristas conseguem no entanto resistir à persuasão dos novos métodos e manter posições através da portaria de 5 de Junho de 1904, onde se determina que a identificação dos presos do sexo feminino e dos menores de 25 anos seja efectuada somente pela dactiloscopia, continuando-se a usar as medições para efeitos de reconhecimento de homens adultos. A situação é de empate técnico. Em 14 cidades e vilas localizadas na província (todas a norte do Tejo) instalam-se também estações de recolha de dados que, por determinação de 1906, passam a usar apenas a dactiloscopia. Alguns médicos especializam-se directamente nos trabalhos de identificação legal, deixando cair a tradição da antropologia física. Com as impressões digitais, os poderes de vigilância passam a ser exercidos sem a necessidade de saberes teóricos, recorrendo-se somente a conhecimentos técnicos.

¹³ “Não há duas impressões digitais iguais” é uma frase da autoria de J. A. Larson (1924, em *Single Fingerprint System*, citado em Stigler 1999: 139). Sobre os pressupostos matemáticos do uso das impressões digitais, ver Stigler (1999: 139).

Os sucessos da dactiloscopia portuguesa garantem-lhe entretanto projecção nacional e internacional. Em 1904, Xavier da Silva identifica pela primeira vez um cadáver por meio das impressões digitais. O caso é publicitado pelo facto de se pensar que se trata da primeira identificação positiva feita em toda a Europa (descobre-se mais tarde que a França é pioneira neste domínio). Posteriormente, o mesmo Xavier da Silva é chamado para ajudar a polícia num roubo. O ladrão tinha esvaziado o recheio da ourivesaria da Guia em Lisboa, conseguindo sair de forma tão discreta como entrara. Para trás ficava uma marca bem nítida do polegar direito sobre a superfície branca de uma caneca. Sem testemunhas e sem denúncias, o ladrão é preso. Como meio de prova a polícia apresenta a caneca e a explicação do perito. As impressões digitais entram assim nos tribunais e os médicos guindam-se ao papel de testemunhas científicas.

Com a Primeira República, a identificação sai do foro estritamente criminal para o foro político, tornando-se um assunto de segurança colectiva. Em Setembro de 1912, um dos craniometristas da primeira geração, investido na qualidade de ministro, institui a carteira de identidade para todos os funcionários públicos dos ministérios e direcções gerais. Impressões digitais (cinco dedos da mão direita), fotografia e sinais particulares são os traços que Aurélio da Costa Ferreira manda registar neste documento. Apesar das intenções, a iniciativa sofre um retumbante fracasso e são raros os funcionários que chegam a ter a respectiva carteira. Outras tentativas se seguem nos anos subsequentes.

Em 1918, procede-se a uma reestruturação mais profunda, baseada em duas linhas de força: em primeiro lugar, aproximar os critérios de duas jurisdições, a identificação civil e a criminal; em segundo, credibilizar o uso de um meio de prova civil para todos os cidadãos, instituindo o bilhete de identidade e associando-lhe o funcionamento de uma repartição especializada, o Arquivo de Identificação de Lisboa.

Até ao ano de 1927, não são criadas instituições regionais e o arquivo de Lisboa fica com a responsabilidade de centralizar informação e emitir documentos para todos os pontos do país. Com o decreto 13.254 de 9 de Março de 1927, a Repartição de Antropologia Criminal da cidade do Porto e o Instituto de Criminologia de Coimbra assimilam competências na área civil e constituem-se em arquivos regionais de identificação. Continua-se a adoptar um sistema misto, contemplando quer medições antropométricas quer impressões digitais e fotografia. Apesar de o bilhete de identidade começar a fazer parte do quotidiano de uma boa parte da população, a sua progressão fora do âmbito das repartições do estado parece ter sido lenta.¹⁴ Passados

¹⁴ O elenco de situações em que se exige a posse de bilhete de identidade irá ser sucessivamente ampliado pelo decreto 12.202, de 21 de Agosto de 1926, e pelo Código de Registo Civil, de 22 Dezembro de 1932 (Pinheiro e Oliveira, 1995: 16-17).

vinte anos, os especialistas continuam a lamentar que os bancos e as casas comerciais “não concedam ao referido documento a importância que reveste” (Costa 1984: 351-352, 361), tirando proveito do meio de prova legalmente instituído para racionalizar serviços e prevenir burlas.

Os processos válidos para a identificação criminal são transpostos para a identificação civil, esbatendo o carácter segregacionista das estatísticas do corpo. O estado universaliza meios de prova da “personalidade física e social” dos cidadãos, anunciando um sistema onde todos são iguais face à administração e onde o ónus da prova se torna uma obrigação individual: o miserável e o descendente da nobreza titular, o camponês analfabeto e o académico passam a ser oficialmente reconhecidos pelo mesmo tipo de documento.

Depois da antropometria, da dactiloscopia e da fotografia bertilloniana terem dado provas no controlo de subpopulações de risco, é chegada a vez de aplicar estas técnicas de identificação a toda a sociedade. O outro lado da história é a instauração de um sistema de vigilância sobre o conjunto da população. Embora esta possibilidade fique em aberto, não parece que ela tenha constituído a principal motivação para o aparecimento do bilhete de identidade. Importa compreender que a identificação civil não é apenas uma forma de controlo social. Ela é também um procedimento que facilita as transacções entre indivíduos, através da descentralização e da automatização dos processos de reconhecimento. O bilhete de identidade liga o cidadão ao estado, mas liga também os cidadãos entre si, baixando os custos de informação da interacção social. Particularmente no universo das transacções financeiras, a fiabilidade da identificação é uma garantia para as empresas operarem de forma mais eficiente e com custos mais baixos. Uma explicação estritamente em termos de “tecnologias de poder” esquece a vertente comunicacional das tecnologias e o seu papel na standardização, uniformização e credibilização das relações entre indivíduos. Deste ponto de vista, o bilhete de identidade instaura regras e códigos no domínio da verificação da informação, substituindo procedimentos incertos, casuísticos e informais.

Somente no ano de 1936 há indícios de que as autoridades querem efectivamente aproveitar as potencialidades de fiscalização e disciplina criadas pelo novo sistema. Com o decreto 27.305, desse ano, repõe-se o espírito centralizador na gestão dos arquivos, apontando-se para o estabelecimento futuro de um ficheiro dactiloscópico único, capaz de permitir a identificação prévia de qualquer indivíduo. Ao nível das subpopulações perigosas, adopta-se a mesma filosofia (decreto-lei 27.304), operando-se a fusão dos serviços de registo criminal, a cargo dos institutos de criminologia (herdeiros dos postos antropométricos de princípio do século), com outros arquivos entretanto criados pela Polícia de Segurança Pública. Tinha-se na verdade chegado a uma duplicação de funções e de ficheiros nestes dois tipos

de organismos (Pina 1938: 99), o que levava a um funcionamento atabalhoado e a um controlo pouco rigoroso dos delinquentes e grupos de risco.¹⁵

Num período politicamente muito sensível, o estado salazarista pretende dar um passo em frente tanto no controlo dos cidadãos como no controlo dos criminosos. Não se deve porém confundir intenções legislativas com factos adquiridos. A burocracia tem as suas razões de inércia e a eficácia da administração sob o Estado Novo deixa muito a desejar. “Dificuldades de ordem técnica” fazem com que a unificação dos registos policial e criminal tenha permanecido letra morta, originando a desorganização e a perturbação dos serviços.¹⁶ Sobre a eficácia do processamento de dados no Arquivo de Identificação Civil, faltam-nos ainda elementos que possibilitem conclusões seguras.

Com todas estas alterações, as pesquisas antropométricas dos antropólogos perdem utilidade para o estado: alguns regressam ao foro académico, outros reconvertem-se exclusivamente às técnicas de identificação e à prática da medicina legal. Desponta entretanto um terreno praticamente virgem de oportunidades na área dos estudos coloniais. Agrupados em torno de Mendes Correia e da Escola Médica do Porto, um grupo de académicos começa a desenvolver actividade no campo da antropologia física dos indígenas e a reclamar o financiamento de missões antropológicas para medir e observar as populações colonizadas. Em meados da década de 1930, o Estado Novo dá luz verde a estas aspirações e as cartas etnológicas do ultramar português vêm garantir novos laboratórios para os médicos antropologistas (Roque 2001, Pereira 1987).

Ao fazer um balanço da situação, Eusébio Tamagnini conclui que o contacto estreito que havia entre as disciplinas de antropologia e de criminologia tinha desaparecido, pelo menos em Coimbra (Tamagnini e Serra 1940: 646). Um olhar sobre as bibliografias das décadas de 1930 e 1940 confirma que são poucos os resistentes que insistem em cruzar as duas tradições. Luís de Pina, um médico nascido em Lisboa no ano de 1901 e doutorado pela Faculdade de Medicina do Porto, é dos raros investigadores que mantêm a dupla carreira e o duplo mercado de trabalho. A colaboração em várias instituições do Estado Novo permite-lhe ampliar a formação de base em anatomia descritiva para os domínios da antropologia física e da antropologia criminal. Mas será que o dinamismo e a obra multifacetada de Luís de Pina conseguem repor a convergência perdida entre os vários

¹⁵ A consulta de correspondência da PSP é exemplificativa das dificuldades de articulação entre as diferentes autoridades e no interior da própria PSP. Em 23 de Novembro de 1933, a direcção do serviço de identificação e registo policial compila uma extensa lista de indivíduos referenciados por esquadras de polícia “que nunca tinham sido identificados aqui” e envia esta lista ao comandante da PSP de Lisboa (ANTT, Polícia de Segurança Pública, correspondência do Posto Antropométrico da PSP, caixas 406-417).

¹⁶ Preâmbulo do decreto-lei n.º 45.754, de 5 de Junho de 1964, citado por Costa (1984: 352).

saberes? Dum ponto de vista global, pode dizer-se que este autor aprofunda as linhas de investigação da medicina oitocentista, prolongando-a para novos desenvolvimentos. No plano das técnicas aplicadas, lecciona cursos de dactiloscopia no Instituto de Criminologia do Porto e esforça-se por criar novos métodos de identificação, como é o caso da “desmopapilosopia palmar”, que estuda os caracteres das marcas dos pés. No plano académico, compila novos índices cefálicos; analisa a relação entre o desenvolvimento da cabeça, a altura e a idade; adapta os antigos índices cefálicos e nasais a populações ainda não sujeitas a inquérito, como as crianças, conciliando esta imensa proficuidade académica com a posição de deputado da Assembleia Nacional nas legislaturas de 1938-1942 e 1942-46. Algumas das suas agendas parecem contudo desfasadas do tempo, uma luta inglória contra a corrente que desembaraçou a criminologia da antropologia física. Veja-se o estudo de 1931, sobre a orelha direita dos criminosos portugueses: depois de comparar índices obtidos por medições de orelhas dos delinquentes com os índices da população do distrito de Braga, controlando as médias, medianas e desvio-padrão, Luís de Pina conclui que os minhotos têm um índice auricular mais elevado que o índice dos criminosos. Do ponto de vista prático, pouco se retira deste estudo, pois tanto a orelha-“impressão digital” de Bertillon como a orelha antropométrica caíram em desuso. Do ponto de vista científico, também a orelha larga e proeminente dos criminosos de Lombroso está ultrapassada.¹⁷ O método de identificação das impressões digitais tornou dispensável esta abordagem; as doutrinas sobre a natureza social e psicológica do crime remeteram para segundo plano as informações sobre os caracteres físicos dos delinquentes. A tentativa de trazer de novo a ciência para o campo da aplicação prática e para o serviço do estado parece assim condenada ao fracasso.

O esvaziamento dos saberes

Vimos como a nova disciplina da estatística do corpo surge inicialmente associada ao estigma da marginalidade e da criminalidade, transformando-se, com o correr dos tempos, numa rotina burocrática constituinte das obrigações da cidadania e dos processos de identificação civil.

A ideia de registar sistematicamente medições do corpo dos indivíduos tem subjacente uma inquietação científica quanto à genealogia da espécie e

¹⁷ Recorde-se que, para Lombroso, as orelhas largas e proeminentes são um traço característico de filiação atávica e, portanto, seria de esperar que os habitantes do Minho tivessem orelhas mais pequenas e delicadas que os criminosos. Como os dados estatísticos revelam precisamente o contrário, a ilação de Luís de Pina é a seguinte: “não podemos deduzir conclusões sobre a significação de primitivismo nos indivíduos não delinquentes” (Pina 1931a: 222). Ver também Pina (1931b).

à sobrevivência do passado, ao determinismo dos caracteres biológicos e à possibilidade de degenerescência. Ao procurar saber se todas as pessoas com mau carácter revelam a mesma constância de traços físicos (fealdade, deformação, patologias comportamentais, crânio reduzido, mandíbula protuberante, corpo entroncado, etc.) abre-se a porta à segregação daqueles que têm já maior propensão para ser excluídos.

Apesar de estas teorias serem contestadas no interior da comunidade científica, elas fixam imagens perturbadoras e influenciam a sensibilidade social relativamente a certos grupos de indivíduos. A simples hipótese de os criminosos terem traços físicos distintos instala a dúvida sobre se a relação inversa será também verdadeira, isto é, se os seres anatomicamente diferentes não serão, eles próprios, delinquentes em potência. Uma tal visão do mundo não precisa de ser comprovada nem aceite consensualmente para gerar fobias sociais em relação aos traços físicos degenerados. Nos finais de oitocentos, o pessimismo das correntes de pensamento fabrica os estigmas de marginalidade, multiplica os sinais de perigo e ergue uma muralha de segurança à volta do “cidadão normal”.

A estatística do corpo adquire um estatuto securitário. Através da medição e da análise intensificam-se os procedimentos de objectivação do retrato dos criminosos. Esse retrato pode resultar da pesquisa de um tipo antropométrico abstracto capaz de resumir os traços comuns dos delinquentes (identidade); da descrição individual dos caracteres físicos de pessoas perigosas ou suspeitas, tendo em vista facilitar a sua localização e controlo (identificação); de parâmetros estatísticos de várias subpopulações (comparação). Cada uma destas representações interessa-se em fixar uma certa imagem: o criminoso-tipo, o criminoso-indivíduo e o criminoso-grupo. Em todas estas vertentes, os conhecimentos e a experiência académica da antropologia física adquirem uma projecção inédita e tornam-se saberes instrumentais para o estado. No campo da investigação aplicada surgem novas oportunidades para os médicos criminologistas e abrem-se portas na carreira médica.

Com o aproveitamento dos saberes para o desenvolvimento de técnicas de vigilância, baseadas na construção de ficheiros com medições antropométricas e impressões digitais, assiste-se contudo a uma mudança de perspectiva. O estado dá prioridade ao delincente-indivíduo relativamente ao delinquente-grupo e ao delinquente-tipo. O registo de medições torna-se uma finalidade em si mesma, um instrumento de polícia que é independente de teorias e de visões do mundo. Não se procura averiguar se a orelha é larga ou o crânio pequeno para confirmar sinais de delinquência mas para controlar indivíduos perigosos.

Os estigmas associados à estatística do corpo vão-se diluindo à medida que as teorias científicas passam a técnicas instrumentais das autoridades.

Uma vez quebrada a associação entre antropometria e delinquência, passa a ser possível avançar para a universalização dos meios de vigilância e de descentralização da informação, criando-se procedimentos obrigatórios de identificação como o bilhete de identidade. A integração do saber científico nos poderes do estado depura a lógica dos conhecimentos acumulados e transforma as visões particulares em dispositivos universais: o registo da diferença dos criminosos é transformado na igualdade da identificação civil dos cidadãos. Cada indivíduo passa a transportar consigo um documento onde estão escritos, de forma simples e abreviada, os sinais do corpo. Esse documento torna a identificação automática, em contextos institucionais, poupando tempo e dinheiro. No entanto, de cada vez que é preciso renovar o bilhete de identidade e de cada vez que o funcionário passa um rolo de tinta pelo polegar, imprimindo a impressão digital sobre uma folha, um breve calafrio e uma sensação desconfortável vem lembrar o tempo das origens e o tratamento dado aos criminosos.

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV., 1998, *Murmúrios do Tempo*, Porto, Centro Português de Fotografia.
- BARBEDO, Alberto Soares, 1960, *A Escola Médica Portuense na História da Criminologia*, Porto, Tipografia Porto.
- BASTOS, Álvaro Teixeira, 1903, *A Tatuagem dos Criminosos*, Porto, Faculdade de Medicina do Porto, tese.
- CORREIA, A. A. Mendes, 1924, "Antropologia Criminal Integral: o Normal Delinquente e a Crise Moral", *Boletim do Instituto de Criminologia*, V (2), 287-331.
- , 1931, *A Nova Antropologia Criminal*, Porto, Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Instituto de Antropologia.
- COSTA, Afonso, 1895, *Comentário ao Código Civil Portuguez: Escolas e Princípios da Criminologia*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- COSTA, António Manuel de Almeida e, 1984, "O Registo Criminal", *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, suplemento XXVII, 225-612.
- COSTA, J. A. Pinto da, 1993, "História da Dactiloscopia em Portugal", separata de *O Médico*, 1469 (93), 174-175.
- CURTO, Diogo Ramada, 1995, "Crimes e Antropologia Criminal", *Revista Lusitana*, 13-14, 179-198.
- DIAS, Ana L., 1997, *Darwin em Portugal: Filosofia, História, Engenharia Social*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tese de doutoramento.
- FERREIRA, Aurélio da Costa, 1922-23, "Anatomia e Criminologia de Criminosos Portugueses", *Boletim do Instituto de Criminologia*, I-II, 1-4.
- FERREIRA, J. Bettencourt, 1893a, "Antropometria", *Revista de Educação e Ensino*, VIII (6), 245-251.
- , 1893b, "A Identificação Anthropométrica", *Revista de Educação e Ensino*, VIII (11-12), 481-488.
- FERREIRA-DEUSDATO, 1889, *Estudos sobre Criminalidade e Educação (Filosofia e Anthropologia)*, Lisboa, Imprensa de Lucas Evangelista.
- FOUCAULT, Michel, 1979, *Discipline and Punish*, Londres, Harmondsworth.
- , 1991, "Politics and the Study of Discourse", BURCHELL, Graham, e outros, *The Foucault Effect*, Exeter, Harvester Wheatsheaf, 53-72.
- FREIRE, Basílio, 1889a, *Os Degenerados*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- , 1889b, *Os Criminosos*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- GONÇALVES, João, 1922-1923, "Crime, Degenerescência e Atavismo", *Boletim do Instituto de Criminologia*, I-II, 49-75.
- GONÇALVES, Luís da Cunha, 1913, *As Causas da Criminalidade Segundo a Nova Escola Psico-Patológica*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- GOULD, Stephen Jay, 1996 [1981], *The Mismeasure of Man*, Nova Iorque, W. W. Norton, 105-175.
- HACKING, Ian, 1990, *The Taming of Chance*, Cambridge, Cambridge University Press.

- MACEDO, Francisco Ferraz de, 1892, *Crime et Criminel*, Paris, Belthate & Thomas.
- MARQUES, Severino de Sant'Anna, 1898, *Anthropometria Portuguesa*, Lisboa, Tipografia Minerva.
- PEREIRA, Rui, 1987, "O Desenvolvimento da Ciência Antropológica na Empresa Colonial do Estado Novo", *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia*, vol. II, Lisboa, Fragmentos, 89-106.
- PESSOA, Alberto, 1929, *Guia de Técnica Policial*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- , 1940, "História da Introdução em Portugal dos Métodos Científicos de Investigação Criminal", *Congresso do Mundo Português*, vol. XII, 709-722.
- PINA, Luís de, 1931a, "A Orelha dos Criminosos Portugueses, Índice Auricular", *Extracto do Arquivo da Repartição de Antropologia Criminal e Identificação Civil do Porto*, 1 (3), 198-222.
- , 1931b, "Observações sobre a Morfologia da Orelha nos Portugueses", *Arquivo de Anatomia e Antropologia*, XIV, 225-230.
- , 1931c, *Os Serviços de Antropologia Criminal e Identificação Civil: Dactiloscopia*, Lisboa.
- , 1938, *Dactiloscopia: Identificação Policial Científica*, Lisboa, Livraria Bertrand.
- , 1939, *A Antropologia Criminal e o Instituto de Criminologia do Porto*, Lisboa, Tipografia da Cadeia Penitenciária.
- PINHEIRO, Alexandre Sousa, e Jorge Meneses de OLIVEIRA, 1995, "O Bilhete de Identidade e os Controlos de Identidade", separata da *Revista do Ministério Público*, 60, 16-17.
- PORTELA, Arthur, 1903, "O Posto Anthropométrico Junto da Cadeia Civil do Porto", *Revista Amarela*, 4, 59-60.
- PORTO, João, 1941, "Eugenismo e Hereditariedade", separata de *Semanas Sociais Portuguesas*, 7-21.
- PROCTOR, Robert, 1988, "From Anthropology to Rassenkunde", STOCKING, George W. (org.), *Bones, Bodies, Behaviour*, University of Wisconsin, Madison, 138-179.
- ROQUE, Ricardo, 2001, *Antropologia e Império: Fonseca Cardoso e a Expedição à Índia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- SILVA, Xavier da, 1916, *Os Reclusos de 1914: Estudo Estatístico e Antropológico*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Cadeia Nacional.
- STIGLER, Stephen M., 1999, "Galton and Identification by Fingerprints", *Statistics on the Table*, Harvard, Harvard University Press, 131-140.
- TAMAGNINI, Eusébio, e J. A. SERRA, 1940, "Subsídios para a História da Antropologia Portuguesa", *Congresso do Mundo Português*, vol. XII, 637-632.
- VAZ, Maria João, 1998, *Crime e Sociedade*, Oeiras, Celta Editora.
- VIEIRA, Lopes, 1904, "A Anthropometria e os Tribunais Criminais", *Revista Amarela*, 5, 68-70.

Nuno Luís Madureira

THE STATISTICS OF THE BODY: PHYSICAL ANTHROPOLOGY AND ANTHROPOMETRICS IN THE EARLY 20TH CENTURY

This article examines the different scientific traditions of Portuguese anthropometrics and the emergence of statistical representations of the body that will create categories such as criminal type, criminal group and criminal individual in the transition from the 19th to the 20th Century. The concept of knowledge draining is introduced to express the process of assimilation by the state of the perspectives developed by medical anthropology and the reduction of theories to utilitarian practices, disconnected from particular visions of the world and transformed into bureaucratic routines of identification, which are used in the monitoring of population. Through this process, anthropometrics evolved from the register of the specific characteristics of criminals to the description of the equality of citizens.

Departamento de História do ISCTE
Nuno.Madureira@iscte.pt

